



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 348, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 256, do RISF, a retirada definitiva do Requerimento de Informações nº 71, de 2005, de minha autoria, que requer informações ao Ministro da Fazenda sobre a Medida Provisória nº 226, de 2004.

JUSTIFICAÇÃO

O Requerimento de Informações Nº 71, de março de 2005, de minha autoria, solicitava informações ao Ministério da Fazenda referentes às operações do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), que fora instituído pela MP nº 226, de 30.11.2004. No referido requerimento, peço uma série de informações referente ao volume de crédito, nível de inadimplência dos financiamentos, etc. informações essas que eram necessárias à apreciação da MP nº 226, de 2004, na época em votação no Senado Federal. Aprovado na CCJ, em março de 2005, o requerimento não chegou a ser aprovado pelo plenário em virtude dos excessivos trancamentos de pauta causados por MP's, o que levou à perda de oportunidade do referido requerimento.

Resolvi agora retirar o requerimento de informações porque o alerta que fiz na época da discussão do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado de que o Banco Popular do Brasil não vingaria, terminou por acontecer. Em 2008, o Banco Popular do Brasil, que fora criado pela MP nº 121, de 25.6.2003 como uma subsidiária do Banco do Brasil, foi fechado e incorporado ao Banco do Brasil.

Em 2005 quando votamos a MP 226 que tratava do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, alertei que não fazia sentido a criação do Banco Popular do Brasil tendo como justificativa a expansão das operações de microcrédito. O

programa de microcrédito do Banco do Nordeste, o Crediamigo, foi um programa de sucesso instituído sem a necessidade de criação de outro banco e mesmo o programa de microcrédito da Caixa Econômica Federal e do próprio Banco do Brasil foram instituídos sem a necessidade de criação de um novo banco.

Por que então o governo Lula fez opção por expandir as operações de microcrédito pela criação do Banco Popular do Brasil? Nunca o governo apresentou uma justificativa consistente para a criação do Banco Popular. Logo no primeiro ano de funcionamento desse banco em 2004, o gasto com publicidade foi de R\$ 25 milhões, superior às operações de crédito de R\$ 20 milhões do banco. Os problemas continuaram em 2005 e 2006, como mostra o relatório de auditoria da Controladoria Geral da União de N° 190.702, de junho de 2007. Nesse relatório, a CGU alerta que as operações de microcrédito do Banco Popular do Brasil apresentavam resultados financeiramente insatisfatórios, sendo o banco sustentando pela receita de prestação de serviços. Ou seja, uma instituição que foi criada para fazer operações de microcrédito terminou por se transformar em uma instituição de prestação de serviço para o pagamento de boletos bancário.

Enquanto o saldo dos empréstimos do sistema financeiro no Brasil cresceu 33% de 2006 para 2007, nesse mesmo período, o saldo das operações de crédito do Banco Popular do Brasil passou de R\$ 43,6 milhões no final de 2006 para R\$ 19,9 milhões em 2007. Uma redução de mais de 50% em um período de expressivo crescimento das operações de crédito do sistema financeiro. Ao longo da sua existência, o Banco Popular do Brasil acumulou prejuízos de R\$ 144 milhões, valor superior ao aporte de capital de R\$ 116 milhões feito pelo Banco do Brasil para sua criação e em nenhum dos anos do seu funcionamento esse banco apresentou um lucro anual.

Ao que parece, o contribuinte pagou um preço muito alto para a aventura do microcrédito do Banco Popular do Brasil; que chegou a ter uma taxa de inadimplência de 30% nas suas operações de empréstimos, sendo essa taxa reduzida para 17% no final de 2007. Mesmo com essa redução, essa taxa ainda é muito superior, por exemplo, a taxa de inadimplência do Grameen Bank que é o modelo para as operações de microcrédito no mundo e que tem uma inadimplência inferior a 4% do saldo dos empréstimos.

O microcrédito baseado no modelo do Grameen Bank tornou-se famoso no mundo justamente por uma metodologia baseada na concessão de empréstimos para o financiamento dos pequenos negócios de pessoas humildes que não tinham acesso ao mercado formal de crédito. O programa teve sucesso porque permitia o crescimento da renda dos microempresários, permitindo que esses pagassem os empréstimos e que o banco aumentasse as operações de empréstimo. O modelo do Banco Popular do Brasil, ao contrário do Grameen Bank, partiu desde o início da concepção errada de financiar fortemente o consumo e não a produção.

Assim, com o fechamento do Banco Popular do Brasil e sua incorporação pelo Banco do Brasil terminou uma experiência que, da forma como foi feita, nunca deveria ter começado. Uma experiência que, desde o seu início, dava sinais claros de ineficiência quando, em seu primeiro ano, o valor gasto com publicidade superou as operações de crédito do banco. O Banco Popular do Brasil deixou de existir depois de mais de dois

anos em que a área técnica do governo já pressionava para que esse banco fosse fechado.

Em matéria publicada no Jornal Folha de São Paulo, no dia 26 de fevereiro de 2006, sob o título “BB negocia com Palocci incorporação do Banco Popular”, a jornalista Sheila D’ Amorim afirmava que “muitos petistas dentro do governo torcem o nariz para o fechamento do Banco Popular. Eles argumentam que seria um atestado de fracasso do programa de microcrédito, bandeira de Lula e principal instrumento para mesclar os lucros recordes do setor financeiro com um projeto de inclusão social”.

Ao que parece, depois de mais de dois anos não houve mais como continuar torcendo o nariz para o simples fato de que o Banco Popular do Brasil foi um fracasso que colocou no lixo mais de R\$ 144 milhões de prejuízos acumulados ao longo de sua existência.

Sala das Sessões,

Senador **TASSO JEREISSATI**

Publicado no **DSF**, em 02/03/2009.